



SUELLEM APARECIDA SENA

**UM OLHAR HUMANÍSTICO SOBRE A REALIDADE DOS
CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: Um Estudo de Caso na
ASCARBE – Campo Belo.**

LAVRAS – MG

2021

SUELLEM APARECIDA SENA

**UM OLHAR HUMANÍSTICO SOBRE A REALIDADE DOS
CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: Um Estudo de Caso na
ASCARBE – Campo Belo.**

Monografia apresentada à
Universidade Federal de Lavras,
como parte das exigências do curso
de Administração Pública para
obtenção do título de Bacharel.

Prof. Dr. Camila Maria Risso Sales
Orientadora.

LAVRAS – MG
2021

SUELLEM APARECIDA SENA

**UM OLHAR HUMANÍSTICO SOBRE A REALIDADE DOS
CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: Um Estudo de Caso na
ASCARBE – Campo Belo.**

**A HUMANISTIC LOOK AT THE REALITY OF RECYCLABLE
MATERIALS COLLECTORS: A Case Study at ASCARBE - Campo Belo**

Monografia apresentada à
Universidade Federal de Lavras
como parte das exigências do curso
de Administração Pública para
obtenção do título de Bacharel.

APROVADA em

Dr. Camila Maria Risso Sales. UFLA

Dr. Denis Renato de Oliveira. UFLA

Prof. Dr. Camila Maria Risso Sales
Orientadora.

Prof. Dr. Denis Renato de Oliveira

LAVRAS – MG
2021

À minha mãe, com todo sentimento e saudades.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Lavras pela oportunidade, aos professores e funcionários pela dedicação.

À professora Camila pela orientação e por acolher com tanto carinho meus propósitos para a realização desse trabalho.

Ao meu pai Anésio por seu amor incondicional e por uma vida inteira dedicada à família.

À minha irmã Meire, meu cunhado Gustavo e minha sobrinha Isabel por serem a melhor família que eu poderia ter na vida.

À Luiza, minha filha, luz dos meus olhos e razão maior da minha felicidade e existência.

Aos melhores amigos que eu poderia desejar e merecer: Rodrigo, Aroldo, Juliana, Kelly comadre, Kelly Nascimento e Dani.

À minha parceira de graduação e fiel amiga, a pequena grande Larissa, dona de fé inabalável e bondade sem fim, que me cuida e me apoia desde que a conheci. Obrigada por contestar o meu ceticismo e orar todos os dias para que eu me mantenha de pé.

RESUMO

Diante das crescentes discussões relacionadas à gestão dos resíduos sólidos urbanos e ainda do papel desempenhados pelos catadores de materiais recicláveis dentro dessa cadeia de reciclagem, compreender as nuances ligadas ao desenvolvimento do trabalho desses atores se torna ponto chave para construirmos um novo modo de pensar e agir sobre nossa forma de produção e consumo. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo compreender o processo de criação e organização da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Campo Belo (ASCARBE) e os desafios atuais de manutenção e fortalecimento da mesma, a fim de averiguar as dificuldades encontradas pelos seus membros na realização de suas atividades. Vale ressaltar que a ASCARBE é uma associação de catadores de materiais recicláveis que desenvolve suas atividades na cidade de Campo Belo/MG e para realização de tal estudo foram utilizados como caminhos metodológicos a realização de pesquisa bibliográfica para a compreensão de temas como economia solidária e cooperativismo e documental visto a necessidade de que a Política Nacional de Resíduo Sólidos fosse também analisada. Junto a isso foi realizada uma entrevista semiestruturada com uma das responsáveis pela gestão do empreendimento. Os resultados alcançados demonstram que a realidade da ASCARBE é muito semelhante ao que vemos nas demais associações do país, sendo uma associação localizada em um município de pequeno porte que enfrenta inúmeras dificuldades para comercialização dos seus produtos e conseqüentemente necessita de ajuda do setor público para manter suas atividades.

Palavras Chaves: Cooperativismo; Associação de Catadores; Materiais Recicláveis.

ABSTRACT

In the face of the growing discussions about the management of urban solid waste and the role played by recyclable material collectors within this recycling chain, understanding the nuances related to the development of the work of these actors becomes a key point to build a new way of thinking and act on our way of production and consumption. In light of this, this study aims to understand the process of creation and organization of ASCARBE and the current challenges of maintaining and strengthening it, in order to examine the difficulties encountered by its members in carrying out its activities. It's worth pointing out that ASCARBE is an association of recyclable material collectors that develops its activities in the city of Campo Belo / MG and this study used bibliographical research as methodological paths, to understand topics such as solidarity economy and cooperativism, and a documentary research to analyze the National Policy Solid Waste. In addition, a semi-structured interview was conducted with one of the project's managers. The results of this research demonstrate that the reality of ASCARBE is very similar to the reality of other associations of the same type in the country, as it is located in a small municipality, it faces many difficulties to market its products and because of that it needs help from the public sector to maintain its activities.

Keywords: Cooperativism; Association of Recyclable Materials Collectors; Recyclable Materials.

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
2.1 A Profissão de Catador	11
2.2 O Advento do Cooperativismo	13
2.3 Inclusão Social, Cooperativismo e Economia Solidária	15
2.4 A PNRS e a Inclusão dos Catadores	21
2.5 Cooperativas de Resíduos Sólidos Urbanos	23
2.6 As relações de gênero e suas interfaces no modelo cooperativista.....	26
3 METODOLOGIA.....	28
3.1 Classificação da pesquisa.....	28
3.2 Objeto de Estudo.....	28
3.3 Coleta de dados	28
3.4 Análise de dados	29
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	30
4.1 Sobre a ASCARBE.....	30
4.2 Sobre a atuação da ASCARBE em Campo Belo.....	32
4.3 Sobre a organização do trabalho dentro da ASCARBE.....	34
4.4 Quanto a comercialização dos produtos.	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40
ANEXO A - Roteiro para entrevista semiestruturada	42

1 INTRODUÇÃO

Antoine Lavoisier em sua célebre lei da conservação da matéria dizia “Na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”. Se pararmos para refletir sobre os desdobramentos dessa afirmativa veremos que, de fato, este pensamento se cumpre. Não há nada de novo sobre a natureza que não tenha existido antes. Porém, parece ser razoável aceitar a ideia de que por si só as coisas não podem se transformar, ou seja, é preciso intervenção do homem para que a matéria se transforme. Afinal, como diria a primeira Lei de Newton “todo corpo em repouso tende a permanecer em estado de repouso”.

Podemos analisar a temática dos resíduos sólidos, sobretudo aqueles recicláveis a partir das teorias destes autores clássicos e por meio deles compreender a importância que estudos que atuam diretamente na área de recicláveis representam para a humanidade. Compreender o processo de formação e organização de grupos ou associações cooperativistas que atuam na gestão de resíduos sólidos resulta, em última instância, no entendimento de que aquilo que vemos na natureza é o resultado da transformação de algo que já existia e que, por meio da ação humana, saíram do seu estado de inércia.

Em outras palavras, e de modo mais prático, o que este estudo pretende apresentar é a realidade vivenciada por um grupo de catadores organizados em uma associação e que atuam como agentes de transformação social, fazendo com que o lixo gerado diariamente por todos nós se transforme em novas fontes de matérias primas e assim voltem para a cadeia produtiva gerando um novo produto pronto para o consumo. O que tem sido chamado pelos estudiosos da área de economia circular, que nada mais é que a atualização da afirmativa de Lavoisier.

Conhecer esta parcela de trabalhadores tradicionalmente excluídos, sua forma de atuação e seus meios de trabalhos talvez seja o primeiro passo para mudarmos nossos atos de consumo e começarmos a perceber que o planeta Terra é finito e que a temática dos resíduos sólidos ocupa cada dia mais um *status* de problema global, ainda longe de ser resolvido.

Neste sentido, o presente estudo visa conhecer a realidade da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Campo Belo (ASCARBE) tendo para isso como motivação a seguinte problemática de pesquisa: Como está organizada a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Campo Belo (ASCARBE)? E quais os principais desafios enfrentados pela mesma no exercício de suas atividades?

Para tanto, se faz necessário compreender o processo de criação e organização da ASCARBE e os desafios atuais de manutenção e fortalecimento da mesma, a fim de averiguar as dificuldades encontradas pelos seus membros na realização das atividades da associação, sendo este o objetivo geral do presente estudo.

A partir de tal objetivo geral foram traçados três objetivos específicos, que visam servir de guia para que ao final da pesquisa se atinja os resultados esperados, são eles:

1. Compreender o contexto no qual ocorreu a criação da ASCARBE - Campo Belo e como se deu esse processo de criação.
2. Compreender como é a atuação da ASCARBE em Campo Belo e como é o desenho interno de organização de trabalho da mesma.
3. Identificar os mecanismos de negociação e comercialização utilizados pela ASCARBE para a venda dos seus produtos e como se dá essa negociação.

A ASCARBE é uma associação de catadores de materiais recicláveis localizada na cidade de Campo Belo/MG, que possui ao todo 17 associados, sendo a maioria mulheres. Tal associação é responsável pela coleta, segregação, triagem e comercialização de boa parte dos materiais recicláveis da referida cidade, atuando ainda na coleta de óleo de cozinha para posterior comercialização.

Apresentando um modelo típico de configuração de outras associações de pequeno porte, a ASCARBE encontra inúmeros desafios para manutenção dos seus trabalhos, sendo um dos maiores a própria conscientização dos cidadãos.

Diante deste desafio é importante que trabalhos tais como estes sejam realizados em outras escalas, uma vez que visa divulgar o trabalho destes profissionais essenciais a sobrevivência humana e que muitas vezes são discriminados e abandonados à mercê da própria sorte. A pesquisa justifica-se, portanto, pela necessidade de compreensão da realidade da Associação em questão e pretende colaborar para que outros estudos e experiências similares aconteçam.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta uma revisão de literatura sobre assuntos ligados ao objetivo do estudo, apresentando discussões sobre temas como a profissão catador, cooperativismo, economia solidária e Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), com o objetivo de ampliar o campo de conhecimento sobre o assunto e fornecer as bases para a análise posterior dos dados e informações coletadas.

2.1 A Profissão de Catador

A atual configuração social, pautada nos modos de produção capitalista, com crescentes índices de consumo e maior promoção de acesso a bens e serviços de qualidade para uma parcela cada vez menor da sociedade, tem construído uma urbanização precária, caracterizada por condições de trabalho cada vez mais impróprias e por um crescente aumento do consumo não consciente. Como consequência desse cenário vemos hoje, no Brasil, um aumento desordenado da produção de lixo, associado a um contingente de pessoas em estado de miséria (SOUSA, 2018).

Com isso, novas formas de sobrevivência começaram a surgir e, entre essas, a “profissão catador” tem se destacado nos últimos anos. Geralmente exercida por moradores de rua, desempregados, pessoas que nunca trabalharam formalmente ou que se tornaram não empregáveis, essa tem sido a única saída para a manutenção de uma vida digna a essa população.

Juncá (2001) aponta que a atividade de catador existe de modo informal no Brasil desde o início do século XX, e veio a ser modificada e ampliada como resultado do processo de industrialização. A partir da década de 1980, grupos de catadores começaram a se organizar e travar lutas para o reconhecimento dessa atividade como profissão.

No Brasil, a profissão de catador de materiais recicláveis foi reconhecida em 2002 pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e, embora o catador não seja o único ator responsável pelo processo de reintegração do resíduo¹ à indústria, ele é o responsável por recolher esses materiais e ressignificar seu uso como sinônimo de sobrevivência. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) (2019) estima que

¹ É importante destacar a diferença entre resíduos e rejeitos. Resíduos são tudo aquilo que pode ser reutilizado e reciclado. Já os rejeitos são os resíduos que após esgotarem todas as possibilidades de reaproveitamento as únicas destinações plausíveis são encaminhá-lo para um aterro sanitário ambientalmente licenciado.

existam cerca de 800 mil catadores e catadoras em atividade no país, a maior parte do sexo feminino, cerca de 70% da categoria.

No entanto, como aponta Bortoli (2009), tal reconhecimento não resultou em melhorias significativas para estes profissionais. Sousa (2018) destaca também que apesar de todo o esforço para o reconhecimento da profissão, o catador ainda ocupa, na visão da sociedade, um papel marginalizado.

Historicamente, o trabalho dos catadores é marcado por uma identidade estigmatizada e repleta de preconceitos por parte da sociedade. Dessa forma, a atuação desses trabalhadores é reservada a uma subclasse de homens e mulheres que se tornaram historicamente condenados pelo seu contexto político e social, sendo a exclusão, a marginalização e a invisibilidade social uma realidade presente na vida desses sujeitos sociais (COSTA, 2004).

Essa estigmatização sofrida pelos catadores cria uma espécie de desaparecimento psicossocial sofrido por essas pessoas, o que nos leva a refletir se esse desaparecimento está de fato nos catadores ou no nosso olhar que muitas vezes insiste em não os enxergar (SOUSA, 2018).

Bastos e Araújo (2015) destacam ainda que os catadores se encontram em uma situação de dupla pobreza, pois além de possuírem quase nenhum recurso para sua sobrevivência ainda vivem sob o estigma da sujeira, por estarem em constante contato com o lixo.

Magera (2003) retrata também as péssimas condições a que se submetem esses profissionais:

Muitas vezes, sua jornada de trabalho ultrapassa doze horas ininterruptas; um trabalho exaustivo, visto as condições a que estes indivíduos se submetem, com seus carrinhos puxados pela tração humana, carregando por dia mais de 200 quilos de lixo (cerca de 4 toneladas por mês), e percorrendo mais de vinte quilômetros por dia, sendo, no final, muitas vezes explorados pelos donos dos depósitos de lixo (sucateiros) que, num gesto de paternalismo, trocam os resíduos coletados do dia por bebida alcoólica ou pagam-lhe um valor simbólico insuficiente para sua própria reprodução como catador de lixo (p.34).

Os catadores têm como função catar e separar o material reciclável do lixo comum. O comércio desses materiais entre os catadores e as empresas de reciclagem geralmente passa pela mediação de atravessadores chamados de sucateiros.

Esses recebem o material dos catadores, pesam e estabelecem o preço a ser pago a eles. Em seus depósitos, os sucateiros acumulam esse material em fardos até que complete uma carga para só então serem vendidos às indústrias de reciclagem (MEDEIROS e MACÊDO, 2006).

Visando mudar esse cenário de exploração, os catadores têm buscado se organizar em cooperativas. Essa organização tem representado um grande avanço no que diz respeito ao seu reconhecimento profissional. Cunha (2010) mostra que essas formas de organização têm ajudado na distinção desses trabalhadores como um grupo social legítimo e mais que isso, têm contribuído para a ressignificação dos sentidos que lhes foram originalmente imputados.

2.2 O Advento do Cooperativismo

Ao longo de sua história a sociedade passou por duas grandes mudanças que refletem diretamente no modo de trabalho e de vivência do indivíduo e sobretudo no modo como ele se vê dentro da sociedade. A primeira, a Revolução Industrial e todas as mudanças acarretadas por ela que marcaram o início do processo de transformação de uma sociedade rural para a industrial, transformando o modo de trabalho artesanal para o trabalho assalariado e a utilização da energia a vapor em lugar da energia humana. A segunda, que estamos vivendo agora está sendo chamada de revolução tecnológica, e está caracterizada pela substituição do homem pela máquina, num cenário caótico em que as grandes empresas tentam a todo custo aumentar sua produção, enquanto em contraposição a isso produz-se também uma massa de desempregados que, em outras palavras, são consumidores que deixam de consumir os produtos dessas mesmas empresas (SALES, 2010).

Em meio a este cenário marcado pela forte concorrência, com grandes corporações atuando no mercado e caracterizado pelo individualismo, o cooperativismo tem sido a saída encontrada por aquelas pessoas que sozinhas não possuem condições de se manterem no mercado e que congregadas por valores e objetivos semelhantes se unem em cooperativas e associações para se fortalecerem mutuamente e, assim, amenizar as disparidades encontradas entre essas duas realidades, a saber: as grandes empresas e as cooperativas.

A grande referência para o cooperativismo moderno vem da cidade de Manchester, na Inglaterra, com a história dos operários tecelões de Rochdale. Lá, 28

operários, em sua maioria tecelões, guiados pelo sentimento de cooperação colocaram em funcionamento um empreendimento que ficou conhecido na história como o marco inicial do cooperativismo (SALES, 2010).

Tal empreendimento se trata de um armazém que buscava a formação de capital para emancipação dos trabalhadores mediante economias realizadas com a compra de gêneros alimentícios; construção de casas para fornecer habitação a preço de custo; comercialização somente a dinheiro para que os associados só assumissem compromissos dentro de suas possibilidades orçamentárias e cooperação integral (SALES, 2010).

Tal movimento surgiu devido às transformações sociais desencadeadas pela Revolução Industrial que mudaram as relações de trabalho e colocaram em risco a sobrevivência de várias famílias, levando tais trabalhadores a desenvolverem uma nova forma de organização social que mais tarde ficaria conhecido como cooperativismo (SALES 2010).

O surgimento dessa nova forma de organização social buscava amenizar as duras consequências econômicas e sociais causadas pela disseminação do capitalismo. Com isso, logo foram surgindo diversas outras cooperativas em diferentes ramos de atuação em todo o mundo, tendo sempre como base os princípios estabelecidos pelos pioneiros de Rochdale (MAPA, 2008), sendo estes: a adesão voluntária e livre de seus membros, a gestão democrática, a participação econômica dos membros na criação e no controle do capital, a educação e formação dos seus sócios e a intercooperação no sistema cooperativista (LIMA, 2004).

Segundo dados da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), o cooperativismo existe no país desde a época da colonização portuguesa. Porém, o movimento só foi oficializado em 1889, no Estado de Minas Gerais, com a fundação da Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, uma cooperativa voltada ao consumo de produtos agrícolas. Após tal iniciativa, novas cooperativas foram sendo criadas no território mineiro e também em outros estados (OCB, 2021).

Segundo descreve Silva et al (2003) a partir de 1932 o cooperativismo brasileiro passou por um importante crescimento motivado principalmente por duas razões. Por um lado, um forte estímulo do poder público que via o modo cooperativista como um instrumento de reestruturação da agricultura, por outro, houve neste mesmo ano a promulgação da Lei Básica do Cooperativismo que definiu de modo mais claro as especificidades desse movimento diante de outras formas de associação.

É importante ressaltar que foram as cooperativistas agrícolas as principais responsáveis por disseminar o ideário cooperativista no país, já que tais cooperativas eram as que apresentavam um volume de negócio mais consolidado no Brasil (SILVA, et al 2003).

Atualmente, o cooperativismo no Brasil é regido pela Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971 e tem a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) como a sua representante formal no nível nacional e as Organizações Estaduais de Cooperativas como sua representante respectivamente em cada estado (OCB, 2021).

É importante salientar também que após a promulgação da Constituição Federal de 1988 a prática cooperativista se desvinculou do Estado, passando a ter maior autonomia sobre suas decisões. Com isso, as novas discussões em torno do tema têm apontado sobre a necessidade de mudança na legislação que regula tais empreendimentos, de modo que o movimento cooperativista atenda as novas expectativas econômico-produtivas de modo a garantir maior flexibilidade do movimento frente as novas configurações do mercado (SILVA et al, 2003).

No Brasil, tais discussões a respeito das revitalizações das práticas cooperativistas vêm sendo conduzidas dentro de um grande movimento de redemocratização das atividades e da cidadania conhecido como Economia Solidária.

2.3 Inclusão Social, Cooperativismo e Economia Solidária

A longa trajetória de omissão do Estado por meio da ausência de políticas públicas frente a problemas centrais da sociedade tais como educação, saúde e segurança social tem feito crescer o número de pessoas excluídas por todo o país. Essa omissão e os seus recorrentes problemas fizeram com que esta população excluída desenvolvesse novas formas de se relacionar economicamente no mercado, de modo a tentar driblar esse crescimento da exclusão social.

A inclusão social de acordo com Machado et al (2019) pode ser entendida como um pré-requisito para que um indivíduo possa buscar seu desenvolvimento e assim exercer a sua cidadania. No Brasil, um dos grandes desafios para esta inclusão recai principalmente sobre a nossa própria cultura, que enxerga a questão da exclusão como problema econômico e não social, como deve ser.

Assim, praticar a inclusão não significa apenas combater a pobreza e promover o crescimento econômico, mas também aceitar as diferenças individuais valorizando as

pessoas por aquilo que são e não por aquilo que ela tem ou pelos estereótipos que ela apresenta (MACHADO et al, 2019).

No entanto, de acordo com as autoras, apesar da existência de leis internacionais que proíbem a discriminação por raça, cor, gênero, idioma, nacionalidade, opinião ou qualquer outro motivo, ainda é comum que este tipo de coisa aconteça e isso é ainda mais frequente nos ambientes de trabalho.

Nas grandes ou mesmo nas médias corporações é comum que os cargos mais altos sejam ocupados por uma certa elite que acredita ter todos os conhecimentos necessários para bem gerir o empreendimento. Com isso, cabe aos empregados do chão de fábrica apenas o cumprimento das regras, em troca de um salário fixado pela elite (MACHADO et al, 2019).

Nesse sentido, praticar a inclusão social perpassa, em primeiro lugar, pelo acolhimento das minorias, termo este usado muitas vezes para se referir a “um segmento da sociedade que é excluído pela classe dominante, e que sofre pelo fato de não ter condições, ou que essas sejam menores dos que os demais grupos sociais” (SCHWANTZ et al, 2019, p. 96).

Machado et al (2019) apontam que diante desse preconceito e discriminação é comum que tais minorias optem pelo trabalho cooperativo, uma vez que neste, todos os membros detêm o mesmo poder de decisão. Essa participação cria no indivíduo o sentimento de pertença, algo que a exclusão social lhe tira.

Ao tratar especificamente sobre as cooperativas de reciclagem Machado et al (2019) apontam que “o fato de não haver critérios ligados ao nível de escolaridade, por exemplo, torna esses empreendimentos peças-chave para promover a inclusão social de indivíduos que estão à margem da sociedade” (p. 6).

Nesse sentido, é importante o surgimento e apoio às iniciativas de cooperativas, associações, entre outras que, voltadas para estas minorias sociais, atuam com o intuito de fortalecer a igualdade social, por meio, do acesso à renda e conseqüentemente melhora na qualidade de vida destes atores.

Ao refletirmos sobre esta questão de inclusão social por meio do cooperativismo não podemos deixar de falar sobre a economia solidária, visto ser o cooperativismo uma das modalidades deste tipo de economia formado pelos princípios fundamentais de participação democrática, solidariedade, independência e autonomia (OCB, 2014).

As primeiras discussões sobre economia solidária são do início do século XIX, na Europa, quando se percebeu a urgência de se pensar uma nova economia que minimizasse

os efeitos causados pelo capitalismo e que tivesse como pilar fundamental a valorização do ser humano (FRANÇA, 2012).

Singer (2002) destaca ainda que este novo modelo econômico surgiu após a Revolução Francesa, quando os britânicos venceram Napoleão em Waterloo. Naquele momento, a economia da Grã-Bretanha entrou em profunda depressão devido ao desaparecimento de demanda por arsenal bélico, cuja indústria empregava muitas pessoas.

Com isso, Robert Owen, que durante a Revolução Industrial lutou pelo fim da exploração aos trabalhadores, apresentou um plano ao governo britânico que sugeria que o governo ao invés de distribuir recursos diretamente aos pobres, usasse tais recursos para aquisição de terras e construção de aldeias cooperativas que comportassem o equivalente a 1200 pessoas trabalhando e retirando sua subsistência das terras (SINGER, 2002). A ideia de Owen era de que os excedentes da produção fossem trocados entre as aldeias. No entanto, o governo britânico não adotou sua proposta.

Apesar da negativa do governo britânico, enquanto Owen partira para os Estados Unidos para tentar implementar no novo país suas ideias, na Inglaterra, seus admiradores começaram a colocar em prática seus ensinamentos criando, por toda parte, sociedades cooperativas.

Com o tempo, estas sociedades cooperativas foram assumidas por movimentos sindicais e com isso a luta sindical passou a não ser apenas para melhorias de salários e condições de trabalho, mas sim para substituir o trabalho assalariado por autogestão (SINGER, 2002).

O movimento das sociedades cooperativas crescia a passos largos e ganhava força entre os trabalhadores. Com isso, em junho de 1833 os empreiteiros da época decidiram demitir todos os trabalhadores que pertenciam ao Sindicato dos Trabalhadores da Construção (sindicato criado com o objetivo de substituir a hegemonia capitalista no ramo da construção), com isso iniciou-se uma grande luta que se estendeu até o fim do ano e terminou com a derrota dos trabalhadores, que para voltarem ao trabalho tiveram que abrir mão do sindicato (SINGER, 2002).

Com essa primeira derrota, outras se seguiram e em 1834 o sindicato que liderava as sociedades cooperativas extinguiu-se e os trabalhadores foram obrigados a voltar ao trabalho nas condições impostas pelos empregadores (SINGER, 2002).

Além dos trabalhos de Owen, a economia solidária também ganhou relevância, de modo especial na França, com os trabalhos de Charles Fourier que defendia que as

atividades do ser humano deveriam ser desenvolvidas a partir das paixões humanas, assim, a produção se daria de forma harmoniosa. Nesse sentido, Fourier defendia que o homem deveria trabalhar de acordo com suas paixões pois assim, ele não se importaria com sua remuneração (SINGER, 2002).

Singer (2002) aponta que esta é a origem histórica da economia solidária, época definida por ele como “cooperativismo revolucionário” e que “jamais se repetiu de forma tão nítida” (p. 35).

A partir de experiências como esta da Grã-Bretanha e da França e pelos escritos do próprio Owen, o cooperativismo foi se estabelecendo e os praticantes da economia solidária criaram seus próprios caminhos em meio a tentativas e erros (SINGER, 2002).

No Brasil, as discussões sobre economia solidária se deram a partir da formação de sindicatos e cooperativas no século XIX impulsionadas pela chegada de imigrantes europeus e após a Revolução Francesa. Tais iniciativas pretendiam ser uma alternativa para a classe trabalhadora que sofria com a falta de emprego nos postos de trabalho da iniciativa pública e privada (FRANÇA, 2012).

Mais tarde, com apoio do governo de Luiz Inácio de Lula da Silva, que ao lado do professor Paul Singer criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) o tema passou a ter mais visibilidade no cenário nacional.

A criação da secretaria se deu em meio a uma imensa mobilização de movimentos sociais que há anos atuavam em diversas frentes relacionadas ao tema e buscavam apoio governamental para implementar suas ações. Um dos mais importantes instrumentos desenvolvidos pela SENAES foi a criação do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), uma iniciativa que visa identificar e caracterizar os empreendimentos solidários do Brasil.

Neste sentido, a economia solidária surge como uma alternativa à economia tradicional buscando assim acabar com as desigualdades causadas pelo modo capitalista de produção e consumo. Para isso, a economia solidária discute 3 fundamentos, são eles: solidariedade versus competição na economia; a oposição entre a empresa capitalista e a empresa solidária, pensando a repartição dos ganhos; e as divergências entre autogestão e heterogestão (SINGER, 2002).

O primeiro fundamento trata das diferenças entre economias competitivas e economias solidárias. Neste sentido, Singer (2002) aponta que o capitalismo, tão enraizado na nossa cultura, caminha interligado com a competição econômica, que apesar de apresentar algumas vantagens ao cidadão, gera efeitos sociais muitas vezes

desastrosos, uma vez que a competição acaba por beneficiar apenas os vencedores, ficando os perdedores a mercê da sua própria sorte.

O autor aponta que esta polarização entre perdedores e ganhadores, resultado da recorrente competição que há no mercado é o grande responsável pela produção da crescente desigualdade causada pelo capitalismo, uma vez que os ganhadores continuam sempre a acumular vantagens, enquanto os perdedores colecionam fracassos (SINGER, 2002).

Além disso, esta situação de vantagens e desvantagens é repassada de pais para filhos, fazendo com que as novas gerações já nasçam em um ambiente polarizado entre ricos e pobres, aumentando ainda mais a crise de desigualdade existente.

Para resolver tal problema da desigualdade é preciso substituir a economia competitiva por uma economia solidária, ou seja, para que a desigualdade seja extinta seria necessário que “os participantes na atividade econômica cooperassem entre si em vez de competir” (SINGER, 2002, p.9).

Ainda para Singer (2002, p. 9) o grande diferencial da economia solidária é que “ela propõe a associação entre iguais em vez de contratos entre desiguais”. Esta máxima é muito bem exemplificada nos casos das cooperativas onde não existe competição, uma vez que se a cooperativa vai bem todos os sócios são beneficiados, e se vai mal o prejuízo também recai sobre ambos.

O autor defende então que se toda a economia fosse solidária a sociedade seria menos desigual e o Estado atuaria na redistribuição das riquezas daqueles empreendimentos que por diversos fatores tivessem melhores rendimentos. Assim, os impostos e subsídios seriam utilizados pelo Estado para equalizar as diferenças entre os ganhadores e perdedores que surgissem dentro desse novo modelo de economia.

Desta forma, visando substituir a economia tradicional caracterizada por um modo de produção que fomenta o aumento da desigualdade social, a economia solidária propõe um novo modo de produção tendo como princípio fundamental para isso a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito a liberdade individual (SINGER, 2002).

O mesmo autor aponta que seguindo estes princípios é possível unir todos os que produzem numa única classe, eliminando assim a diferença entre classe dominante e classe dominada presente no capitalismo, com isso, o resultado final será uma sociedade solidária.

O segundo fundamento da economia solidária versa sobre a dicotomia na repartição de ganhos em uma empresa capitalista e em uma solidária. Neste sentido,

Singer (2002) aponta que enquanto nas empresas capitalistas os empregados ganham salários desiguais entre si, sendo o valor do salário determinado em última instância pela relação entre oferta e demanda por mão de obra e por funções desempenhadas. Por outro lado, nas empresas solidárias, os sócios não têm salário fixado, mas fazem retirada segundo o faturamento obtido e é decidido em assembleia se os valores retirados entre os sócios devem ser iguais ou se terão alguma diferenciação.

Singer (2002) esclarece que onde há diferença nas retiradas, essa disparidade é justificada ora pelo fato de alguns associados acharem natural que certos trabalhos tenham valor maior que outros, ora por temerem a perda de cooperados mais qualificados formalmente para empresas capitalistas, justamente por esta questão salarial. Assim, entendem-se que esta desigualdade é aceitável, uma vez que o trabalho gerado por estes cooperados retorna em vantagens para a própria organização.

Assim, a grande diferença entre trabalhar em uma empresa capitalista e em uma solidária é que enquanto na capitalista os salários são pagos de tal forma a maximizar os lucros para o patrão, na solidária a diferenciação salarial é decidida pelos sócios e visa proporcionar retiradas satisfatórias para todos, principalmente para aqueles que recebem as menores retiradas.

Além disso, há diferenciação também na divisão do lucro anual no caso capitalista e no excedente no caso solidário. Enquanto nas empresas capitalistas o lucro é dividido entre um pequeno número de acionistas, nas solidárias as sobras têm sua destinação decidida pelos sócios em assembleia, prevalecendo assim o interesse dos sócios de manter a solidariedade entre eles e difundindo assim a economia solidária (SINGER, 2002).

O último fundamento trabalhado pela economia solidária discute a relação entre autogestão e heterogestão. Segundo Singer (2002) talvez a grande diferença existente entre o modelo solidário e o capitalista resida justamente na forma de gestão das empresas.

Enquanto as capitalistas se caracterizam por um modelo de administração hierárquico, com níveis de autoridade bem delimitados, competições internas por melhores recursos para cada setor e decisões sendo tomadas pelo alto escalão sem consulta aos níveis hierárquicos inferiores, nas empresas solidárias se administra de forma democrática fazendo uso da autogestão.

Nesse sentido, quando a associação é pequena as decisões são tomadas em assembleias. Quando são maiores, os sócios elegem delegados por departamento que se

reúnem e decidem em nome de todos. Neste sentido, na autogestão as informações fluem de modo simétrico, uma vez que não há hierarquia.

Ainda, Singer (2002) termina dizendo que a autogestão tem como principal objetivo promover desenvolvimento humano aos cooperados, uma vez que ao participar de todo o processo de decisão do seu local de trabalho estes trabalhadores passam por um processo de formação educacional e de conscientização, fazendo com que tais pessoas se tornem mais realizadas e seguras.

Além destes 3 fundamentos apresentados, França(2012) destaca também que a economia solidária é marcada por alguns pilares, entre eles a valorização social do trabalho humano; o reconhecimento do papel da mulher e do feminino; o desenvolvimento integrado e sustentável da sociedade; a busca pelo seguimento dos valores do cooperativismo; a colocação do ser humano como finalidade última do trabalho; a busca pela unidade entre produção e reprodução; a busca pela solidariedade entre os diferentes povos; e a geração de trabalho e renda visando combater a exclusão social.

O autor aponta ainda que a junção da economia solidária com outras alternativas que visem promover inclusão social pode oferecer inúmeras oportunidades para grupos tradicionalmente excluídos da nossa sociedade, como por exemplo as associações de catadores de materiais recicláveis que geralmente trabalham com os princípios dessa nova proposta de economia.

Para terminar, é importante destacar que além da inclusão social promovida pela economia solidária por meio do cooperativismo, os grupos minoritários formados pela parcela de indivíduos que sobrevivem da catação de recicláveis, encontraram na promulgação da PNRS um importante aparato estatal para a conquista da sua inclusão, conforme discutido na próxima seção.

2.4 A PNRS e a Inclusão dos Catadores

Após anos de discussão foi implantada no Brasil a Lei 12305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, uma ampla legislação contendo princípios, objetivos e diretrizes para regulamentar a gestão integrada dos resíduos sólidos.

Dentre seus inúmeros mecanismos vale ressaltar que a legislação determina a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, responsabilizando assim produtores, comerciantes, consumidores e setor público (BRASIL, 2010).

A Lei determina que a União, os estados e os municípios devam elaborar seus respectivos planos de gestão de resíduos, que são um conjunto de diretrizes que regulamentam como ocorrerá o processo de gestão dos resíduos dentro da área de jurisdição a qual o plano se destina, ou seja, o plano nacional dará diretrizes nacionais para a gestão dos resíduos, os planos estaduais darão diretrizes específicas para cada estado e por sua vez, os planos municipais subsidiarão as decisões tomadas pelos municípios no que tange a gestão dos seus resíduos (BRASIL, 2010).

Vale lembrar também que a Lei determina que os geradores de resíduos específicos, elaborem seus respectivos planos de gerenciamento de resíduos sólidos, um conjunto de determinações que apontem como ocorrerá a gestão de tais resíduos sob a responsabilidade do seu gerador (BRASIL, 2010).

A lei apresenta um conjunto de instruções normativas que visam garantir uma gestão eficiente dos resíduos em escala nacional, estadual e municipal. No entanto, nosso objetivo neste estudo não é discorrer sobre os inúmeros pontos apresentados pela legislação, mas sim, refletir sobre os benefícios que a instituição de tal política trouxe para o trabalho dos catadores de materiais recicláveis.

Neste sentido, a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos prevê a integração e o protagonismo dos catadores, principalmente daqueles organizados em cooperativas e associações, como prevê o artigo 7º, inciso XII: um dos objetivos gerais da política é a “integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos” (BRASIL, 2010, art. 7º).

À medida que as cooperativas passam a ser contratadas para a prestação do serviço de coleta seletiva, o trabalho de catação assume uma dimensão diferente daquele que costumeiramente é exercido, e isso se torna, potencialmente, um mecanismo de inclusão social para os catadores. Esta inclusão social proposta pela PNRS se refere à garantia de direitos ao grupo de catadores que ainda sobrevivem em condições precárias e de superexploração, sendo esta uma das condições para que os catadores possam atuar em parceria com os setores públicos e privados e assim receberem incentivo e apoio para que o objetivo de integração deles na responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos possa se efetivar (SEVERI, 2014).

A PNRS traz outros mecanismos como a logística reversa e a coleta seletiva que buscam operacionalizar a integração dos catadores. A logística reversa busca reduzir os impactos ambientais decorrentes de atividades produtivas por meio do retorno dos

materiais ao ciclo produtivo após o término de sua vida útil. Com relação aos catadores, a participação de cooperativas ou associações de catadores, principalmente na coleta e triagem das embalagens pós-consumo, devem ser priorizados dentre os procedimentos que podem ser adotados no sistema de logística reversa. Essa iniciativa contribui não só para o reconhecimento da relevância do trabalho dos catadores, mas também para promover a sua emancipação econômica (SEVERI, 2014).

A coleta seletiva também foi outro mecanismo importante para o reconhecimento dos catadores trazidos pela PNRS. A política prevê duas obrigações do Poder Público Municipal: a promoção da organização dos catadores em formato de cooperativas ou associações e o fomento a sua emancipação econômica por meio da sua contratação para realização da coleta seletiva (SEVERI, 2014).

Enfim, é importante destacar que o reconhecimento do catador como um dos atores dos sistemas de gestão integrado de resíduos sólidos, expresso pelo texto da lei, é fruto de ações do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) que “possibilitou a emergência do debate público em relação aos temas lixo, cidadania, geração de trabalho e renda, e proteção ambiental” (MNCR, 2012, n.p).

No entanto, é relevante destacar que o Movimento Nacional de Catadores pediu o veto do §1º do artigo 9º que beneficia o processo de implantação de incineradores de resíduos como solução ambientalmente adequada, no entanto, a solicitação não foi acatada pelo Presidente. De acordo com o movimento, a incineração é prejudicial à vida humana e ameaça a reciclagem de resíduos e o trabalho dos catadores de materiais recicláveis, uma vez que a queima de resíduos para o chamado “reaproveitamento energético” necessita que sejam queimados resíduos recicláveis, como o plástico e papel, para que sejam queimados também os resíduos orgânicos (MNCR, 2010).

Nesse sentido, o movimento defende a ampliação dos programas de coleta seletiva e o apoio a atividade das cooperativas e associações de catadores (MNCR, 2010).

2.5 Cooperativas de Resíduos Sólidos Urbanos

Ultimamente têm crescido as discussões em torno do movimento cooperativista e com isso aumentam também a visibilidade em torno das cooperativas de resíduos sólidos urbanos. É inegável o importante papel prestado por estes empreendimentos à toda sociedade, afinal é por meio do trabalho dos catadores, muitas vezes organizados em

cooperativas ou associações, que os resíduos voltam ao ciclo produtivo da indústria, minimizando assim os efeitos causados por tais resíduos ao meio ambiente.

As cooperativas de catadores de materiais recicláveis têm surgido como uma alternativa ao trabalho convencional caracterizado pela exploração do trabalhador. Tais empreendimentos visam oferecer uma alternativa humanizada para a formalização do trabalho dos catadores. Neste sentido, cabe aos trabalhadores, organizados em cooperativas, realizar o trabalho de coleta, triagem e comercialização dos resíduos sólidos (GUTIERREZ e ZANIM, 2011).

Tais empreendimentos se inserem no conjunto de iniciativas conhecidas como empreendimentos econômicos solidários e como tal, se caracterizam pela cooperação e solidariedade entre seus membros e pela autogestão (GUTIERREZ e ZANIM, 2011). Neste sentido, Magni e Gunther (2014) destacam que o modelo de cooperativas de recicláveis que conhecemos hoje surgiu no Brasil a partir da década de 1990 e vieram sobretudo da região Metropolitana de São Paulo.

Corroborando com tais dados, Gutierrez e Janim (2011) apontam que até o ano 2000 eram insignificantes as iniciativas de regularização e apoio a atividade desenvolvida pelos catadores. No entanto, este cenário tem tido algumas mudanças sobretudo devido a luta de alguns movimentos sociais, ao trabalho realizado pelas Incubadoras Universitárias de Empreendimentos Coletivos e também pelo apoio dado a tais empreendimentos via políticas públicas desenvolvidas por alguns governos.

Entretanto, apesar dos avanços e melhorias conquistados nos últimos anos, ainda são inúmeros os problemas que perpassam o desenvolvimento pleno dessa atividade. Isso acontece, entre outros motivos porque o campo da reciclagem é muito marcado pelo monopólio dos atravessadores que dificultam a inserção de novos empreendimentos autônomos no mercado da reciclagem; há também a própria exploração econômica, social e política a que os catadores são submetidos; além disso, e apesar de algumas iniciativas que buscaram promover a inserção das cooperativas na cadeia produtiva da reciclagem como a própria PNRS, falta ainda a instituição de leis específicas que fomentem o desenvolvimento destas cooperativas e atuem na regulação dos preços dos recicláveis (GUTIERREZ e ZANIM, 2011).

Os mesmos autores apontam ainda que além destes fatores, o fato de os próprios catadores não conhecerem todo o ciclo da cadeia produtiva da reciclagem, principalmente no que diz respeito aos diferentes atores que compõem este ciclo, aliado ao desconhecimento das características do mercado que eles atuam e das diretrizes do

trabalho auto gestor acaba comprometendo o bom desenvolvimento destes empreendimentos (GUTIERREZ e ZANIM, 2011).

Com relação ao panorama dos empreendimentos solidários de catadores no Brasil é importante destacar que estes ainda carecem de muita estruturação para se aproximar daquilo que seria o ideal. Isso acontece principalmente quando analisamos a estrutura de funcionamento destes empreendimentos. No Brasil, a grande maioria das cooperativas necessitam de ajuda de terceiros, principalmente no que tange a cessão de um local destinado ao funcionamento destas (MAGNI e GUNTHER, 2014).

Conforme aponta Gutierrez e Zanim (2011) esta condição de dependência de terceiros para execução de suas ações demonstra que os catadores ainda precisam percorrer um longo caminho para alcançar a autonomia do empreendimento e dos meios de produção, já que na atual configuração em que se encontra, a execução dos seus trabalhos fica condicionada ao apoio de terceiros.

Além desta questão de sede própria, outro ponto crítico que perpassa o dia-a-dia dos catadores diz respeito a comercialização de seus produtos. Devido ao fato de os catadores não possuírem conhecimento acerca do ciclo da cadeia produtiva da reciclagem e tendo em vista ainda a falta de estrutura física e montante insuficiente de materiais coletados, estes empreendimentos são forçados a venderem seus produtos para atravessadores (GUTIERREZ e ZANIM, 2011). Esta talvez seja um dos fatores que mais contribuem para a manutenção do trabalho precário destes empreendimentos. Isso acontece porque na venda aos atravessadores, as cooperativas ficam condicionadas ao valor estabelecido por tais.

Como dependem desses atores para conseguirem escoar sua produção, uma vez que a venda direta para as indústrias recicladoras em muitos casos é algo difícil de se atingir, pois estes empreendimentos ficam localizados a vários quilômetros de distância e possuem um montante de produção abaixo do exigido por estas indústrias, a venda aos atravessadores acaba sendo a única alternativa. Essa condição faz com que as cooperativas sejam forçadas a vender seus produtos por um valor muito abaixo do mercado, que em muitos casos só cobre os custos de produção da matéria prima.

Além de todas estas questões já levantadas e que perpassam o dia-a-dia de trabalho dentro de uma cooperativa, há ainda outro ponto fundamental a ser discutido dentro destes empreendimentos: a questão da divisão sexual do trabalho.

2.6 As relações de gênero e suas interfaces no modelo cooperativista

Sabemos que o mundo e as relações de trabalho que nele se inserem são fortemente marcadas pela disparidade entre o trabalho realizado por homens e mulheres. Neste sentido, é importante entender também as relações de poder que se estabelecem a partir do gênero, visto que compreender tais relações implica, ainda que de maneira indireta, entender as relações existentes no contexto do trabalho cooperativista.

Conforme escreve Wirfth (2011) se temos a consciência de que as relações de poder e hierarquia são determinadas pelas condições de propriedade e pelas relações de gênero, é necessário e essencial compreender tais relações também no âmbito da autogestão. Sabemos que o trabalho auto gestor é caracterizado por uma gestão coletiva do trabalho e pela desconstrução da hierarquia nas relações de poder. No entanto, como no modelo cooperativista não há o antagonismo entre proprietários dos meios de produção e empregados, o gênero tem se mostrado uma clivagem importante para compreendermos as relações de poder presentes nestes espaços.

A divisão sexual do trabalho obedece a dois princípios praticados socialmente: a separação entre trabalhos para homens e trabalho para mulheres e o fato de que o trabalho masculino é considerado mais importante e por isso é mais valorizado do que o trabalho feminino.

Tendo como parâmetro esses dois princípios Wirfth (2011) aponta que dentro das cooperativas o trabalho das mulheres está concentrado nas etapas de triagem que envolve todo o processo de separação manual do material por tipo e os homens por sua vez são responsáveis pelas atividades de prensagem, armazenamento, carregamento de caminhão e transporte dos materiais.

A mesma autora demonstra que o modo como os trabalhos são divididos dentro das cooperativas segue a estrutura de divisão sexual do trabalho, uma vez que as mulheres ficam responsáveis por atividades que, segundo elas exigem mais sensibilidade e atenção para sua execução, enquanto os homens são responsáveis por aquelas que demandam maior força.

Com relação a disparidade salarial entre os gêneros dentro dos empreendimentos solidários é difícil mensurar como se configura essa organização, uma vez que dentro das cooperativas não existe salário ou remuneração pré-estabelecida. Tal remuneração é definida a partir da sobra mensal e dividida entre os cooperados segundo alguns critérios.

Com relação a esta questão Wirfth (2011) demonstra que apesar de não haver uma remuneração pré-determinada que identifique diferenças salariais oriundas do gênero, as mulheres por estarem na etapa de triagem são sempre pressionadas a aumentar a produtividade para que ao fim do mês o lucro desta cooperativa seja sempre maior. Esse aumento da produtividade vem aliado também ao maior esforço produzido pelas mulheres, que estando sob pressão para aumentar sua produtividade muitas vezes abdicam de seu horário de almoço, café e descanso, para que todos saiam beneficiados.

São inúmeros os desafios associados ao trabalho dos catadores organizados em cooperativas. Desafios esses ligados aos mais diversos fatores, tais como dificuldades relacionadas à formação dos empreendimentos solidários, formas de organização do trabalho, comercialização dos materiais frente as indústrias de reaproveitamento, divisão sexual do trabalho e muitas outras.

Foi pensando na necessidade de conhecer mais de perto estes desafios que a seguir apresentamos a metodologia de pesquisa utilizada para o desenvolvimento deste estudo que consiste na análise de um empreendimento solidário que atua na reciclagem de resíduos sólidos urbanos e que é composto majoritariamente por mulheres.

3 METODOLOGIA

Este capítulo tem como objetivo apresentar a metodologia de pesquisa adotada, os procedimentos de coleta e o tratamento dos dados.

3.1 Classificação da pesquisa

O presente estudo se classifica quanto a abordagem do problema como pesquisa qualitativa. As pesquisas qualitativas buscam analisar aspectos subjetivos presentes nas relações sociais e no comportamento humano. Assim, nas pesquisas qualitativas é comum que o pesquisador procure entender o fenômeno estudado a partir da perspectiva dos participantes da pesquisa.

Quanto aos objetivos, classifica-se como exploratória, uma vez que o estudo pretende analisar a realidade da ASCARBE, uma associação de catadoras e catadores de materiais recicláveis formada majoritariamente por mulheres explorando possibilidades e cenários da atuação conjunta destas mulheres.

Quanto aos procedimentos técnicos classifica-se como estudo de caso, tendo em vista que as análises apresentadas discutem apenas uma unidade, ou seja, a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Campo Belo – ASCARBE.

3.2 Objeto de Estudo

A presente pesquisa possui como objeto de estudo a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Campo Belo – ASCARBE, uma associação criada em 2003 com o objetivo de desenvolver o trabalho de coleta seletiva na cidade de Campo Belo e que é formada em sua maioria por catadoras do sexo feminino, sendo estas inclusive as responsáveis por toda parte de gestão do empreendimento.

A associação conta atualmente com 17 associados e realiza todo o trabalho de coleta, triagem e comercialização dos produtos recicláveis da cidade de Campo Belo, atuando ainda na coleta e comercialização de óleo de cozinha.

3.3 Coleta de dados

Para a coleta de dados, além de uma pesquisa bibliográfica, foi realizada uma entrevista semiestruturada com uma representante do corpo gestor da ASCARBE. A escolha pela realização de entrevista está amparada naquilo que Gil (2008) defende ao apontar que a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas nas ciências sociais, sendo inclusive defendida por muitos autores como a técnica por excelência da investigação social.

Já a escolha pelo roteiro semiestruturado se justifica pelos benefícios que este tipo de roteiro traz tanto ao pesquisador, que não fica restrito a um conjunto de perguntas previamente definidas e que devem ser seguidas à risca, quanto ao entrevistado, que tem a chance de abordar temas não mencionados *a priori* pelo entrevistador.

É importante destacar também que a escolha por entrevistar apenas uma das responsáveis pela associação se justifica pelo objetivo do presente estudo. Ao definirmos como objetivo central o estudo da ASCARBEE abordando questões objetivas a respeito de sua criação e organização entendemos que tais dados podem ser colhidos através de entrevistas com o corpo gestor da associação, que é quem de fato lida com estas questões. Além disso, a limitação do número de entrevistas realizadas se justifica devido ao contexto de pandemia que dificultou o acesso às trabalhadoras e trabalhadores.

Vale ressaltar que, devido às condições sanitárias impostas pelo momento pandêmico vivenciado pelo Brasil e pelo mundo, a entrevista foi realizadas de modo remoto e gravada após consentimento da entrevistada.

3.4 Análise de dados

Após a realização da entrevista, a mesma foi transcrita. Com a transcrição em mãos foram destacados os pontos cruciais que respondem ao objetivo proposto. Após a transcrição e destaque dos pontos relevantes, o material foi analisado em conjunto com as anotações levantadas durante a fase de construção do referencial teórico.

Assim, a análise dos dados foi baseada em inferências fundamentadas no referencial teórico e na metodologia de coleta de dados utilizada. Para isso, utilizou-se a triangulação dos dados do referencial teórico e das entrevistas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente capítulo visa apresentar de forma esquematizada os dados colhidos durante a etapa de coleta de dados, assim como a sistematização destes dados de acordo com informações colhidas no referencial teórico apresentado anteriormente. Para isso, é importante destacar que o presente capítulo será dividido em quatro subseções, conforme divisão utilizada no roteiro de entrevista semiestruturada que se encontra em anexo.

As quatro subseções apresentadas dizem respeito a criação da ASCARBE, a sua atuação na cidade de Campo Belo, a organização do trabalho dentro da associação e por fim, são apresentadas informações acerca da comercialização dos produtos da associação.

4.1 Sobre a ASCARBE

Como apresentado no capítulo anterior, a entrevista foi realizada com uma das integrantes do atual corpo gestor da associação². Apesar da riqueza de detalhes que nos foi passado por esta entrevistada, algumas informações acerca do processo de criação da associação não puderam ser colhidas, uma vez que a entrevistada não participou deste processo de criação.

No entanto, apesar deste empecilho que se configura como uma das limitações do presente estudo, vale destacar aquilo que a entrevistada relatou. De acordo com ela, a associação foi criada pelo Sr. Zé Orlando. Este senhor, segundo dados da própria entrevistada, é uma pessoa de pouco estudo e que criou a associação quase que ao acaso, sem entender ao certo o que era uma associação e quais os requisitos necessários para sua criação. A entrevistada aponta ainda que não há documentação ou qualquer registro que possam dar informações mais precisas a cerca deste processo de criação.

Este fato retrata bem a realidade da maioria das associações existentes ao longo do território brasileiro. A maioria delas são criadas ao acaso, sem documentação, sem seguir alguns princípios mínimos necessários ao seu bom desenvolvimento, e principalmente, sem considerar condições de segurança mínimas exigidos para a preservação da vida daqueles que ali trabalham.

² A diferença essencial entre associação e cooperativa está na natureza dos dois processos. Enquanto as associações são organizações que tem por finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe, filantrópicas; as cooperativas têm finalidade essencialmente econômica. Seu principal objetivo é o de viabilizar o negócio produtivo de seus associados junto ao mercado.

Esta dura realidade muitas vezes é explicada pelas próprias condições socioeconômicas vivenciadas pelos seus fundadores, que em sua maioria são pessoas carentes e analfabetas que procuram nos materiais recicláveis seu meio de sobrevivência.

Outro ponto abordado pela entrevistada e que é frequentemente tratado em outros estudos sobre a mesma realidade diz respeito a gestão do empreendimento. Segundo ela, no início da associação a gestão era feita pelos próprios catadores, porém de forma muito centralizada e sem nenhuma transparência. Havendo inclusive relatos de que catadores foram lesados por antigas gestões.

Ela esclarece que atualmente a gestão é feita por uma equipe de catadoras escolhidos entre todos os associados. A escolha destas catadoras como responsáveis pela gerencia da associação se deu em virtude do fato delas terem um pouco mais de estudo e meios de buscar informações, o que facilitaria todo o processo de comercialização dos produtos. Ainda segundo ela, a atual gestão é participativa e todos os catadores participam do processo de tomada de decisão tendo direito a expressar sua opinião. As reuniões são todas registradas em atas e assinadas pelos associados presentes. E diferentemente das gestões anteriores, na atual formação, presa-se por transparência através do preenchimento de livros de caixa e registro de atas em cartório.

O processo de gestão destes empreendimentos sempre é apontado como um dos principais gargalos que dificultam o alcance de resultados mais satisfatórios por esta parcela de trabalhadores. Isto acontece por diversos motivos, entre eles a própria questão de idoneidade dos catadores, que em alguns casos tiram proveito próprio do trabalho coletivo, como apontado na entrevista. Dentre as preocupações da atual gestão encontra-se que todos os membros participem das reuniões para que, decisões e prestação de contas, estejam ao alcance e entendimento de todos os associados.

Além desta questão, há ainda o fato de os catadores serem, em sua grande maioria, pessoas de baixa renda e pouca instrução, que não possuem habilidades para negociação, o que acaba gerando prejuízos a estes empreendimentos e comprometendo a renda dos catadores. Em muitos casos, os catadores procuram contornar esta situação colocando nos cargos de gestão aqueles trabalhadores que possuem alguma aptidão para atuar na área administrativa. No entanto, isto não é o bastante. É preciso que haja investimento por parte do governo para que políticas públicas que visem ofertar treinamentos para esta classe sejam criadas e assim os impactos das condições socioeducativas sejam minimizados.

Com relação a configuração atual da associação, a entrevistada aponta que hoje trabalham 17 associados, sendo 11 mulheres e 6 homens em um espaço cedido pela prefeitura. Ela descreve que este número era muito maior no passado, quando a associação chegou a contar com o trabalho de cerca de 60 associados. No entanto, segundo ela o número reduzido de trabalhadores tem gerado maiores lucros ao fim do mês, como apontado a seguir:

Aqui já chegou a 50, 60 associados. Só que antigamente não saia salários que dava pra viver. A pessoa ganhava era R\$300,00, R\$250,00 por mês. Tinha mais produção, mas como era mais pessoas o salário era menor. Agora hoje nós produzimos uma quantidade média se comparado a antigamente, mais o salário é bem melhor porque é menos associados. Pra nós então foi melhor diminuir a produção e os associados, porque aumentou nosso salário (ENTREVISTADA, 2021).

A entrevistada aponta ainda que apesar das dificuldades o trabalho na ASCARBE é muito bom, pois todos os associados se dão bem e buscam ajudar uns aos outros, o que contribui para minimizar os efeitos de um trabalho tão duro e desgastante.

O retrato do processo de criação e da atual organização da ASCARBE nos permite compreender um pouco da realidade que os trabalhadores que sobrevivem da reciclagem passam todos os dias. Realizando um trabalho de suma importância ambiental e social, muitas vezes em péssimas condições de salubridade e dependendo do apoio de uma sociedade cada vez menos interessada em contribuir com a melhoria desta classe, esses verdadeiros heróis das sucatas lutam dia e noite por seu sustento, enfrentando para isso barreiras sociais, dos gestores públicos e inclusive dos próprios companheiros de trabalho.

4.2 Sobre a atuação da ASCARBE em Campo Belo

Com relação a atuação da associação na cidade de Campo Belo, a entrevistada aponta que foram necessárias algumas mudanças para tentar contornar o trabalho realizado por catadores autônomos. Com isso, o trabalho que antes era realizado por bairro, sendo uma parte da cidade atendida às segundas, quarta e sextas e a outra às terças e quintas passou a ser realizado diariamente, ou seja, o caminhão passa em todos os bairros todos os dias.

Segundo a entrevistada, essa mudança foi necessária pois à medida que a prefeitura fora intensificando as campanhas de conscientização sobre a importância da

coleta seletiva, os moradores foram se conscientizando e separando corretamente os resíduos. Com isso, aumentou também a concorrência de catadores autônomos, que passavam antes do caminhão da associação e recolhia todo o material de maior rentabilidade.

Existem muitos catadores na cidade, então quando a prefeitura começou a fazer um trabalho de conscientização mais pesado, pedindo para que fosse feita a separação certinho e colocasse pra fora no dia da reciclagem, os catadores autônomos passavam nas ruas primeiro que nós e recolhia todo o reciclável e chegava aqui pra nós só o que não servia para reciclagem e ia pro descarte. Além de todas as dificuldades a gente ainda encontra concorrência dos catadores autônomos. Aqui no bairro Passa Tempo tem um rapaz que colocou três caminhão dele de reciclagem na rua rodando em toda a cidade, ai já deu uma queda enorme na coleta de papelão de onde a gente pegava (ENTREVISTADA, 2021).

Essa questão direcionada ao trabalho dos catadores autônomos tem chamado a atenção de diversos estudiosos do assunto e figurado entre diversas mesas temáticas que tratam a respeito dos resíduos sólidos. Isso acontece porque segundo a legislação vigente, a Lei 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, os governos nas suas diferentes escalas devem oferecer atenção primordial à criação de associações e cooperativas com o objetivo de retirar esses catadores autônomos das ruas e proporcionar-lhes melhores condições de trabalho.

Porém, na prática não é isso o que vemos acontecer. A maioria dos autônomos prefere continuar trabalhando de forma isolada, pois assim não precisam se submeter a um conjunto de regras seguidas numa cooperativa ou associação e além disso não precisam dividir seus ganhos com os demais cooperados.

No entanto, o trabalho autônomo destes indivíduos, como bem apresentado pela entrevistada tem atrapalhado o pleno desenvolvimento das cooperativas, uma vez que é recorrente entre os associados de diferentes cidades este tipo de reclamação.

Com relação ao modo como a ASCARBE realiza a coleta seletiva, a entrevistada aponta que as coisas melhoram muito nos últimos anos depois que a Prefeitura Municipal e a Câmara doaram um caminhão para a associação. Segundo ela “antes de ter o caminhão vinha tudo misturado no meio do lixo úmido, o que dificultava bem mais a triagem”.

De acordo com ela, atualmente todo o lixo da cidade de Campo Belo é encaminhado para o terreno onde a associação trabalha. Deste total, uma parte que corresponde aos resíduos úmidos e que chegam em um caminhão separado é colocado em contêineres e uma empresa responsável o encaminha para a cidade de Nepomuceno

onde é feita a gestão desse material. O restante do material, que corresponde a cerca de 60% do volume de resíduos produzidos no município segue para a triagem e posterior venda.

A entrevistada destaca ainda que grande parte do volume de resíduos que chega até a associação não pode ser comercializados porque são descartados junto com resíduos úmidos, o que prejudica a qualidade do material e conseqüentemente prejudica a faturamento dos associados.

Por fim, ela destaca que entre os materiais coletados pela associação destaca-se os plásticos PET (Polietileno tereftalato) que possuem maior valor de mercado, mas que nem sempre tem uma carga garantida pois seu consumo depende principalmente do funcionamento da economia municipal, uma vez que maiores consumos na economia geram também maior oferta de matéria prima reciclável. Além do PET, a associação recolhe também papelão, sucata, latinha de alumínio, vidro, plástico e óleo de cozinha.

Quanto a atuação na cidade de Campo Belo, fica evidente nas falas da entrevistada que a associação encontra inúmeros desafios para o desempenho de sua atividade, destacando-se entre estes desafios, a existência de catadores autônomos que comprometem o recolhimento dos recicláveis por parte da associação e o fato de grande parte dos resíduos recicláveis serem descartados juntamente com resíduos úmidos.

Para tentar contornar esta última situação a entrevistada sugere que a prefeitura atue de forma mais incisiva com campanhas de conscientização social acerca da importância da correta segregação e que estas campanhas abordem sobretudo as crianças, para que a conscientização seja feita desde a infância.

4.3 Sobre a organização do trabalho dentro da ASCARBE.

Com relação ao trabalho dentro da ASCARBE fica evidente na fala da entrevistada que os associados trabalham seguindo os princípios do cooperativismo, se ajudando mutuamente para que toda a associação seja beneficiada.

Conforme mencionado, a associação conta com 17 associados, sendo 11 mulheres e 6 homens. Deste total apenas duas mulheres realizam o trabalho nas ruas, ficando os demais associados responsáveis por todo o trabalho interno de triagem do material. Vale ressaltar também que as catadoras responsáveis pela gestão da associação também realizam o trabalho de triagem de materiais.

A entrevistada aponta que muita coisa mudou para melhor nos últimos anos e isso se deve em grande parte a ajuda recebida da Prefeitura e da Câmara Municipais que doaram um caminhão e disponibilizaram um espaço para que os associados pudessem desenvolver seu trabalho e também a mudança na gestão do empreendimento. Segundo relatos da entrevistada, a nova gestão tem uma visão diferente, o que melhora a produtividade dos associados.

A entrevistada aponta ainda que o ideal para melhorar o faturamento da associação seria a aquisição de um novo caminhão, pois assim enquanto um caminhão percorreria uma parte da cidade o outro atenderia a outra parte. “Melhoria tanto que a gente nem sabe explicar”, relata a entrevistada ao falar do sonho dos cooperados em adquirir mais um caminhão.

Com relação à divisão interna do trabalho, ela aponta que no passado existia uma grande rotatividade de associados, o que dificultava o desempenho das funções, uma vez que era necessário trocar as vezes até diariamente um associado de função para cobrir outro que desistia do trabalho.

Antigamente mudava muito, agora já é mais fixo. Porque antigamente tinha gente que vinha trabalhar só até na hora do almoço e saia, aí tinha que ir mudando as funções, agora já é mais fixo e todos ficam o dia todo (ENTREVISTADA, 2021).

Para prevenir futuros problemas como estes, a associação adota a estratégia de treinar os associados para desempenhar todas as funções dentro da cooperativa. “Aqui todos fazem de tudo, ninguém tem uma função própria não. Aí onde precisar todo mundo vai e faz”, relata a entrevistada ao se referir à divisão interna dos associados.

Com relação aos ativos da associação a entrevistada aponta que esta possui um caminhão que foi doado pelo poder público municipal, duas esteiras e duas prensas. Ela ressalta o grande apoio recebido do Município, que atua em diversas frentes procurando melhorar as condições de trabalho dos catadores.

A manutenção dos equipamentos é feita pela prefeitura, que disponibiliza a secretaria de obras para fazer a manutenção. A prefeitura dá uma verba pra nós, paga o motorista, o combustível do caminhão, o ônibus, as coisas que estraga aqui dentro quem arruma é a prefeitura. Então a prefeitura ajuda em bem coisa, é uma parceria muito boa (ENTREVISTADA, 2021).

Já com relação ao caminho percorrido pelos resíduos desde a coleta até a comercialização fica evidente pela fala da entrevistada que este, segue basicamente o mesmo itinerário que vemos nas demais associações, ou seja, os resíduos são recolhidos nas ruas pelo caminhão da coleta seletiva, chega até a cooperativa onde é despejado nas esteiras e passa pelo processo de triagem que é feito manualmente pelos catadores. Após a separação estes resíduos são encaminhados para a prensa onde são feitos fardos de matéria prima reciclável. Estes fardos são encaminhados para o pátio da associação onde ficam até serem comercializados.

4.4 Quanto a comercialização dos produtos.

A comercialização dos recicláveis é um dos nós críticos das associações e cooperativas, e isso acontece em virtude de diversos motivos, há entre eles como ponto principal, o fato das associações ficarem dependentes de atravessadores, a exploração que os associados sofrem devido a esta dependência, as dificuldades relacionadas a comercialização direto com a indústria recicladora, entre outros motivos.

Na ASCARBE a realidade não é diferente. Segundo informações colhidas na entrevista a associação possui compradores fixos das cidades da região. Esses compradores são popularmente conhecidos como atravessadores e compram o produto da associação por um preço irrisório e o revendem para as indústrias recicladoras por um valor bem mais atrativo.

Se a gente conseguisse negociar direto com a firma seria bem mais lucro pra nós, mas a gente vende para os atravessadores, ai o preço é bem mais baixo. Esses atravessadores são de outras cidades. Aqui de Campo Belo é só o comprador do óleo (ENTREVISTADA, 2021).

Esta questão é um problema frequente em todo o país e acontece principalmente pelo fato de as associações não conseguirem gerar produtos em escala, o que inviabiliza o seu transporte até as indústrias. Em outras palavras, as pequenas associações, principalmente aquelas localizadas em municípios do interior não conseguem gerar um volume significativo de matéria prima que compense o valor do frete destes produtos até as indústrias recicladoras que geralmente estão localizadas nos grandes centros urbanos.

Com isso surge a figura dos atravessadores, que são pessoas que atuam comprando a matéria prima destas pequenas associações e revendo esta matéria para as indústrias por um valor acima do que foi pago para os associados.

O fato de as associações sofrerem com esta dificuldade de logística faz com que elas se tornem dependentes dos atravessadores e com isso tenham que se sujeitar aos preços estabelecidos por eles.

A entrevistada aponta que a ASCARBE tem o sonho de conseguir adquirir um caminhão para realizar o transporte deste material até as indústrias recicladoras e assim se ver livre dos atravessadores, porém as dificuldades financeiras para adquirir tal equipamento impedem que este sonho se realize.

A análise da realidade vivenciada pela ASCARBE nos permite compreender em certa medida alguns dos desafios enfrentados pela parcela da sociedade que vivem da catação. No entanto, apesar das dificuldades já citadas, é preciso também recordar alguns dos pontos positivos que o trabalho realizado em associações acarretada para seus trabalhadores.

Muitos desses pontos positivos estão diretamente atrelados aos fundamentos construídos pela Economia Solidária, fundamentos estes que visam melhorar as condições de exclusão social a que grande parte dos trabalhadores são submetidos. Assim sendo, o quadro a seguir apresenta de modo esquemático alguns dos fundamentos da Economia Solidária, segundo a visão dos autores Singer (2002) e França (2012) já discutidas no referencial teórico, que aparecem na rotina de funcionamento da ASCARBE.

Quadro 1: Fundamentos da Economia Solidária e sua aplicação na ASCARBE.

Fundamentos da Economia Solidária – Singer (2002) e França(2012).	Fundamentos da Economia Solidária presentes na ASCARBE
Participação;	Autogestão;
Democracia;	Participação de todos os associados no processo de decisão - Democracia;
Solidariedade;	Transparência nos processos de gestão;
Autonomia;	Valorização do ser humano;
Valorização do ser humano;	Reconhecimento do papel da mulher;
Autogestão;	Solidariedade;
Repartição de ganhos;	Repartição de ganhos;
Reconhecimento do papel da mulher;	Desenvolvimento integrado e sustentável da sociedade;
Desenvolvimento integrado e sustentável da sociedade;	
Geração de trabalho e renda visando combater a exclusão social.	

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de conhecer um pouco mais a fundo a dura realidade dos catadores de materiais recicláveis que encontram no lixo a sua fonte de renda, o presente trabalho teve como objetivo conhecer como se deu o processo de criação, a organização interna de trabalho, assim como as principais dificuldades encontradas por uma associação de catadores de materiais recicláveis, a saber a ASCARBE, que desenvolve suas atividades na cidade de Campo Belo uma cidade localizada no interior de Minas Gerais.

Os resultados encontrados na presente pesquisa trazem o retrato da realidade encontrada pelos catadores de todo o Brasil. Realidade esta caracterizada por um trabalho duro, desgastante, que coloca em risco a sobrevivência destes trabalhadores e que muitas vezes é tido como um trabalho insignificante e desprezado pelo restante da população, que sem conhecer os benefícios que esta ocupação traz para a continuidade da vida na Terra e para a melhoria da nossa própria sobrevivência, subjagam estes catadores como trabalhadores de menor importância e respeitabilidade na sociedade.

Ao se referir ao caso específico da ASCARBE o estudo demonstrou que a associação foi criada em 2003 e não possui nenhum documento que registre o início da sua criação, assim como os primeiros rumos seguidos por este empreendimento solidário. Tornando assim, o início de sua trajetória, parte de pouco conhecimento dos associados que foram chegando ao longo dos anos. A atual gestão tem como objetivo, dar sequência aos arquivos produzidos desde o início de sua atuação e com isso, criar a política interna de resguardar seus dados contábeis e históricos para manter a lisura de seus atos administrativos e história da associação.

Além disso, a realização da entrevista com uma das responsáveis pelo atual corpo gestor demonstrou que o apoio da prefeitura tem sido primordial para a manutenção das atividades da mesma, uma vez que as dificuldades relacionadas a logística de envio dos produtos tem comprometido a rentabilidade do material produzido pela associação fazendo com que esta tenha que recorrer a atravessadores para que seus produtos sejam comercializados, diminuindo assim o valor real da matéria prima comercializada.

Além do mais, a dificuldade relacionada a falta de conscientização popular que não separa corretamente os resíduos para a coleta e assim prejudica a qualidade dos recicláveis e a concorrência existentes entre a associação e o trabalho de alguns catadores autônomos foram apontados como nós críticos que dificultam a melhoria da qualidade de vida e da remuneração destes atores sociais.

Neste sentido, é de suma importância o desenvolvermos de políticas públicas que atuem na conscientização popular para que a população faça sua parte no que tange a separação dos resíduos, assim como políticas públicas que de fato garantam o cumprimento da PNRS que prevê apoio dos diferentes entes federados a criação e desenvolvimento das atividades destas associações e cooperativas de catadores.

No entanto, apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas pelos catadores associados da ASCARBE, o trabalho dentro da associação ganha ares de esperança quando o analisamos a partir dos princípios da Economia Solidária. Sabemos que a Economia Solidária surge como uma alternativa a economia tradicional e visa proporcionar um ambiente de trabalho cooperativo e mais humanizado para o trabalhador. Nesse sentido, quando analisamos o trabalho dentro da ASCARBE a partir desta visão percebemos que muitos dos princípios destacados como fundamentais dentro da Economia Solidária se fazem presente na associação, merecendo destaque entre eles a participação, a valorização do ser humano, o reconhecimento do papel da mulher, a autogestão e a solidariedade entre os associados.

No mais é importante ressaltar algumas limitações da presente pesquisa, uma vez que esta fora desenvolvida em tempos anormais em que a humanidade passa por um problema de saúde pública mundial, elevado ao status de pandemia o que dificultou a coleta de dados de modo mais completo e comprometeu a análise mais aprofundada sobre o tema.

Sendo assim, recomenda-se que novos estudos sejam realizados *a posteriori* visando conhecer de modo mais profundo, com realização de observações participantes e entrevistas envolvendo um contingente maior de catadores. Esse é um universo cheio de riquezas e significados para nossa existência. As associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis são um mundo ainda escondido para a grande maioria das pessoas, mas que carrega, em cada associação, um valor incalculável para a manutenção da vida no planeta Terra.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, H. M.; ARAÚJO, G. C. **Cidadania, empreendedorismo social e economia solidária no contexto dos catadores cooperados de materiais recicláveis.** Revista Capital Científico Eletrônica, v. 13, n. 4, p. 62-79, 2015.
- BORTOLI, Mari Aparecida. **Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos.** Revista Katálysis, v. 12, n. 1, p. 105-114, 2009.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cooperativismo** / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília : Mapa/SDC/DENACOOP, 2008. 48 p
- BRASIL. **Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).** Brasília: Diário Oficial da União, 2010.
- COSTA, Wesley Borges et al. **Os desafios da coleta seletiva e a organização dos catadores de materiais recicláveis em Caetitê, Bahia.** 2014.
- CUNHA, M. R. (2010). **Eu vivo do lixo:** A identidade dos catadores de materiais recicláveis de Goiânia. In Grupos de Estudos de Políticas da América Latina (GEPAL) (Ed.), Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina: Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI.
- FRANÇA, Lucas Miguel. **Cooperativas de catadores e parcerias com gestores públicos: aspectos promotores de autonomia.** 2012. Disponível em: [Cooperativas de catadores e parcerias com gestores públicos : aspectos promotores de autonomia \(ufscar.br\)](http://www.ufscar.br/~lfranca/Cooperativas_de_catadores_e_parcerias_com_gestores_publicos_aspectos_promotores_de_autonomia.pdf). Acesso em 20. Jan. 2021
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008a. Métodos e Técnicas de Pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008
- GUTIERREZ, F, Rafaela. ZANIN, Maria. Panorama de empreendimentos econômicos solidários de catadores no Brasil. In: _____.(org.). **A divisão sexual do trabalho em cooperativas de triagem de resíduos sólidos: um olhar sobre os trabalhos das mulheres.** São Carlos: Zanin e Gutierrez, 2011. p. 37-51.
- JUNCA, D. C. M. (2001). **Vida de catador:** Outras palavras sobre o lixo. Cadernos do CEAS, 193, 61-68.
- LIMA, Jacob Carlos. **o trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 19, n. 56, p. 45-62, 2004.
- MACHADO, Raquel Engelman et al. **O Empreendedorismo Social como Oportunidade de Inclusão Social: O Caso de uma Cooperativa de Reciclagem.** Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, v. 8, n. 1, p. 1-18, 2019. Disponível em: <https://search.proquest.com/openview/912493efd6588b2d2eae0d6997fff28d/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2037574>. Acesso 04. Jan. 2021
- MAGERA, M. (2003). **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade.** Campinas, SP: Átomo.
- MAGNI, Ana Amélia Calaça; GÜNTHER, Wanda Maria Risso. **Cooperativas de catadores de materiais recicláveis como alternativa à exclusão social e sua relação com a população de rua.** Saúde e Sociedade, v. 23, p. 146-156, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2014.v23n1/146-156/pt>. Acesso em 06 Fev. 2021.
- MEDEIROS, L. F. R.; MACEDO, K. B. **Catador de Material Reciclável: uma profissão para além da sobrevivência.** Universidade Católica de Goiás. Psicologia & Sociedade, p. 62-71, mai./ago. 2006.
- MNRS - Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável. Política Nacional de Resíduos e o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. In: JARDIM, Arnaldo; YOSHIDA,

Consuelo; MACHADO FILHO, José Valverde (Org.). **Política nacional, gestão e gerenciamento de resíduos sólidos**. Barueri: Manole, 2012.

MNRS - Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável. **Quantos Catadores existem em atividade no Brasil?**; 2019.. Disponível em: <http://www.mnrc.org.br/sobre-o-mnrc/duvidas-frequentes>. Acesso em: 26 Dez, 2020

Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). **História do cooperativismo**, 2021. Disponível em: [Somos Cooperativismo \(ocb.org.br\)](http://www.ocb.org.br). Acesso em 25 Jan, 2021.

SALES, João Eder. 03) **Cooperativismo: Origens e Evolução**. Revista Brasileira de Gestão e Engenharia| RBGE| ISSN 2237-1664, n. 1, p. 23-34, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoengenharia/article/view/30>. Acesso em 22 Jan, 2021.

SEVERI, Fabiana Cristina. **Os catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis na Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Revista Direito e Práxis, v. 5, n. 8, p. 152-171, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3509/350944515008.pdf> Acesso em 15 Fev, 2021.

SCHWANTZ, Adenes Sabino et al. **Perspectivas de inclusão social e econômica através de empreendimentos de economia solidária**. Desenvolvimento Socioeconômico em Debate, v. 5, n. 2, p. 94-112, 2019. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/RDSD/article/view/5124>. Acesso em: 04. Jan 2021

SOUSA, Romario Rocha. **Memórias do lixo: luta e resistência nas trajetórias de catadores e catadoras de materiais recicláveis da ASMARE**. 2018. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-B3GLKV/1/disserta_o_rom_rio_rocha_sousa.pdf Acesso em 22 Fev. 2021

SILVA, Emanuel Sampaio et al. **Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências**. Revista uniRcoop, v. 1, n. 2, p. 75-102, 2003. Disponível em: [01.Unircoop.Vol.1, no2.Final \(researchgate.net\)](https://www.researchgate.net/publication/311111111). Acesso em 25 Jan, 2021.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. Fundação Perseu Abramo, 2002.

WIRTH, G, Ioli. A divisão sexual do trabalho em cooperativas de triagem de resíduos sólidos: um olhar sobre os trabalhos das mulheres. *In: _____(org.). A divisão sexual do trabalho em cooperativas de triagem de resíduos sólidos: um olhar sobre os trabalhos das mulheres*. São Carlos: Zanin e Gutierrez, 2011. p. 103-135.

ANEXO A - Roteiro para entrevista semiestruturada

1) Sobre a ASCARBE

- a) Quando a ASCARBE foi criada?
- b) O espaço onde a associação executada suas atividades pertence a ASCARBE?
- c) O que motivou o processo de criação a ASCARBE?
- d) Quais as principais conquistas da ASCARBE nos últimos anos?
- e) Qual o número de associados da ASCARBE?

2) Sobre a atuação da ASCARBE em Campo Belo

- a) Qual o percentual de bairros atendidos pela ASCARBE na cidade de Campo Belo?
- b) Como a ASCARBE realiza a Coleta Seletiva? Como é o desenho dessa estrutura de coleta?
- c) Quais tipos de materiais são recolhidos e reciclados pela ASCARBE?

3) Sobre a organização do trabalho dentro da ASCARBE

- a) Quantos e quais são os ativos da associação usados no processo de reciclagem dos RSU (esteiras, prensas, caminhões, etc)?
- b) Por quais etapas o material coletado percorre desde a sua chegada ao galpão de triagem até a sua comercialização? E como é o trabalho em cada uma dessas etapas?

4) Quanto à comercialização dos produtos

- a) Como é realizada a venda dos materiais da ASCARBE? Como é feita a negociação de preços? Para quem esses produtos são vendidos?
- b) Quais as principais dificuldades encontradas para a comercialização dos produtos coletados pela ASCARBE?